



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR PARA ATENDER CONVÊNIO Nº 901186/2020 ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (PLATAFORMA + BRASIL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Estimativa

EQUIPAMENTOS / MATERIAIS PERMANENTES						
Especificação Técnica	QTD	VALOR UNITÁRIO (orçamento 01)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 02)	VALOR UNITÁRIO (orçamento 03)	VALOR Unitário (mediana)	Valor Total (cálculo feito a partir da mediana)
ROLO COMPACTADOR, novo, Pé de Carneiro, Potência Mínima 55kw, Peso Operacional Mínimo 6.000kg	01	R\$ 360.000,00 MASON EQUIPAMENT	R\$ 390.000,00 DCML	R\$ 420.000,00 TRACSUL EQUIPAMENTOS	R\$ 390.000,00	R\$ 390.000,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR PARA ATENDER CONVÊNIO Nº 901186/2020 ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (PLATAFORMA + BRASIL), se dá, diante de uma clara disposição de que os munícipes necessitam deste serviço. Com o início do período de chuvas os alagamentos, inundações e enxurradas que são capazes danificar e destruir infraestruturas na zona urbana e na zona rural, interrompendo diversos serviços essenciais como educação, saúde, transporte, dentre outros. Com a necessidade de melhorar a trafegabilidade nas estradas vicinais, favorecendo o escoamento da produção, e principalmente, o meio ambiente, este é o objetivo da aquisição do equipamento supracitado. A revitalização de vicinais representam melhorias, como contribuir que pequenos agricultores tenham boas estradas para escoarem sua produção, garantir trafegabilidade para as crianças irem à escola, além da redução do custo de manutenção de maquinários e veículos. Com isso, tem-se como objetivo, adquirir o equipamento para revitalização de vicinais que possa diminuir e comprimir superfícies e dimensões que possuem grande quantidade de solo ou resíduos.

2.2. BENEFICIÁRIOS:

2.2.1. Cerca de 5.000 habitantes, entre os quais se destacam, agricultores familiares, alunos que se deslocam até a cidade para estudar, professores que atuam na zona rural, médicos odontólogos e enfermeiros que fazem atendimentos nas comunidades da zona rural, produtores rurais diversos que precisam comercializar seus produtos, pecuaristas e a população em geral.

2.3. LOCALIZAÇÃO:



2.3.1. Os equipamentos serão alocados na Secretaria Municipal de transportes e serão utilizados nas comunidades Santa Rita Durão, São Braz do Sempre Viva, Família Unida Itabocal, Cumaru, São Jorge, Santa Rosa, Tauari, Patrimônio, Iaca-Iacá e Alacid Nunes.

2.4. PARCEIROS:

2.4.1. Consórcio Integrado dos municípios (COIMP), Secretaria de Transportes do Estado, Associações Comunitárias, Sindicatos dos trabalhadores e Transportadoras Rurais de Irituia.

3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO.

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza dos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os produtos deverão ser entregues no Município de Irituia, no seguinte endereço:

4.1.1. Tv. Júlio Ribeiro Tavares, 21 - Centro, Irituia – PA, CEP: 68655-000, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da adjudicação do bem feito conforme processo determinado pela lei 8.666/93 e outras normas correlatas

5. METODOLOGIA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.

5.1. A metodologia desenvolvida para a aquisição dos equipamentos terá o intuito de garantir que os requisitos estabelecidos na atividade de planejamento e seleção foram atendidos, conforme as especificações dos equipamentos, bem como acompanhar o processo licitatório

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. A responsabilidade pela administração e manutenção dos equipamentos são da empresa contratada pela venda, conforme as garantias registradas no processo de aquisição, de acordo com a lei .8666/93 e outras normas correlatas a manutenção será realizada pela Secretaria de Agricultura.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO.

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação

original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO.

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0, _____ / UF16438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0, \frac{\quad}{UF16438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE.

12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. Cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;

14.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Irituia/PA, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão publicadas nos órgãos oficiais de imprensa e de grande circulação.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio Nº 901186/2020 ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (PLATAFORMA + BRASIL, neste ato fixados em R\$ 315.171,66 (trezentos e quinze mil, cento e setenta e um reais e sessenta e seis centavos), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

14.1.1. R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E AGROPECUÁRIA), autorizado pela Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 e suas alterações, (LDO 2020), UG 130141, assegurado pela Nota de Empenho nº 2020NE800014. Programa de Trabalho nº 20608103120ZV0015 PTRES 176262, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 188000000, Natureza da Despesa 444042 / 25.

14.1.2. R\$ 76.421,66 (setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos), relativos à contrapartida do CONVENENTE (MUNICÍPIO DE IRITUIA-PA).

FONTE	VALORES			
	INVESTIMENTO	CUSTEIO	EQUIPAMENTO	TOTAL
Governo Federal			R\$ 238.750,00	R\$ 238.750,00
Convenente			R\$ 151.250,00	R\$ 151.250,00
Total Geral			R\$ 390.000,00	R\$ R\$ 390.000,00

15. GERENCIAMENTO DO PROJETO

RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Nome do responsável: Airton Ferreira de Oliveira

Função: Gestor de Convênios e Contratos

Órgão: Prefeitura Municipal de Irituia

Endereço: Trav. Júlio Ribeiro Tavares, nº 21

Telefone: (91) 98495-0651

E-mail: convenciosirituia2021@gmail.com

Nome do substituto; Vicente Cirino Gomes

Função; Secretário Municipal de Agricultura

Órgão; Prefeitura Municipal de Irituia

Endereço; Tv. Júlio Ribeiro Tavares, 21 – Centro, Irituia – PA

E-mail. agricultura@irituia.pa.gov.br

16. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1.** Propõe-se a melhoria das estradas vicinais por meio de ações que garantam a trafegabilidade durante todo o ano, contemplando a dimensão de acessibilidade, se propondo a eliminar pontos críticos em estradas vicinais do município de Irituia, permitindo o deslocamento da população rural no período de chuvas.
- 16.2.** A avaliação deverá ser considerada uma atividade contínua que faz parte da dinâmica do processo de participação dos envolvidos. Portanto, através dos Relatórios de implementações das ações desenvolvidas, deverá ser observado e registrado os seguintes aspectos:
- 16.2.1.** Interesse e grau de participação das comunidades no desenvolvimento das ações;
 - 16.2.2.** Obras vicinais e se as atividades propostas foram adequadas e os objetivos alcançados;
 - 16.2.3.** Levantamento dos impactos positivos e negativos das obras vicinais e atividades envolvidas
 - 16.2.4.** A Supervisão Socioambiental deverá fazer uma avaliação das atividades executadas.

Irituia, PA, 21 de junho de 2021



AIRTON FERREIRA DE OLIVEIRA
GESTOR DE CONVÊNIOS

MARCOS DE LIMA PINTO
PREFEITO MUNICIPAL